

História da Educação em Itaipu

Prof. Ms. Luciano Marcos Curi

Resumo

A história da educação em Itaipu reflete o contexto educacional brasileiro no decorrer do século XX. Uma trajetória marcada pelo baixo investimento e limitada atenção governamental. A comunidade de Itaipu, coincidentemente, teve sua trajetória marcada pelo atendimento parcial de suas demandas sociais surgidas ao longo de sua história. Ainda não houve, nem para a escola, nem para a comunidade, projetos e planos de desenvolvimento e investimentos futuros. Serão Itaipu e sua escola os únicos nesta situação no Brasil?

Palavras-chave: Araxá, educação, Itaipu.

Abstract

The history of the education in Itaipu reflects the Brazilian educational context during the 20th century. A trajectory marked for the low investment and limited governmental attention. The community of Itaipu, coincidentally, had its trajectory marked for the partial attendance of its social demands appeared throughout its history. Until now there aren't, nor for the school, nor for the community, projects and plans of development and future investments. Will it be Itaipu and its school the only ones in this situation in Brazil?

Key words: Araxá, education, Itaipu.

Sobre o autor

Luciano Marcus Curi

Natural de Campos Altos - MG

Graduado em Estudos Sociais (História)
pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araxá.
Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História:
retrospectivas e atualização historiográficas - UFU.
Especialista em História do Brasil Republicano - UFU.
Mestre em História Social - UFU.
Professor do Curso de História do UNIARAXÁ.

História da Educação em Itaipu

Prof. Ms. Luciano Marcos Curi

A historiografia araxaense não cita a existência do povoado de Itaipu. Na sua maioria, os trabalhos publicados sobre Araxá abordam a história da cidade e do Barreiro. São abordagens sobre o urbano e seu desenvolvimento histórico¹. Itaipu ainda não recebeu tratamento adequado. A ausência de menção reflete um contexto mais amplo de valorização do espaço urbano e da Estância Hidromineral do Barreiro.

Contudo, apesar de toda atenção merecida e recebida pela cidade, cujas origens remontam ao século XVIII, e pelo Barreiro, estação termal conhecida nacionalmente, Araxá não se resume ao perímetro urbano. O espaço rural, mesmo que de importância econômica secundária, desprovido de condições para competir com as mineradoras que negociam com grandes somas de capitais, deve ser lembrado e estudado como local onde também se estabelecem vivências humanas dignas do mesmo zelo e respeito do cidadão urbano.

O preconceito social existente no Brasil com relação ao meio rural e ao homem do campo é antigo e contribui para perpetuar a situação histórica de alijamento dos direitos daqueles que residem fora das áreas urbanas. Direitos estes, inclusive, constitucionais, de usufruir da mesma infra-estrutura dos cidadãos citadinos. Saneamento básico, segurança pública, coleta de lixo, adequadas vias de acesso para transporte e meios de comunicação para impedir que se viva isolado, como correios e telefonia, são alguns direitos que poderiam ser citados².

Breve história de Itaipu

Tardou um pouco para que os apitos das locomotivas Marias-fumaças³ fossem ouvidos em Araxá. Enquanto Ibiá, ex-distrito de Araxá, já dispunha dos “caminhos de ferro” desde 1913, Araxá teve de aguardar até 1926 para ver inaugurado o ramal Ibiá a Uberaba da, então, Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) que beneficiaria a cidade⁴.

O povoado de Itaipu, localizado na zona limítrofe dos municípios de Araxá e Perdizes, foi uma das muitas localidades brasileiras surgidas no entorno das estações ferroviárias durante o final do século XIX e início do século XX⁵. Quando os trilhos da EFOM ali chegaram em 1922, logo se aglutinaram a sua volta pessoas de diversos lugares, inclusive imigrantes estrangeiros, que direta ou indiretamente trabalhavam em atividades ligadas à ferrovia. Eram homens solteiros, casais e crianças. A Estação Ferroviária de Itaipu constituía uma das quinze estações que compunham o ramal Ibiá a Uberaba, com uma extensão de 275 km, e foi inaugurada em 19/11/1926. Localizada a 35 km de Araxá e 60 km de Perdizes, Itaipu foi o nome escolhido para a estação que a localidade parafraseou⁶. Itaipu: derivado ferroviário da “Oeste de Minas”⁷.

“As antigas ‘Marias-fumaças’⁸, movidas a lenha, mais tarde, a óleo diesel (desde 1971) e cuja caldeira necessitava de água e reabastecimentos periódicos, tornavam indispensáveis inúmeras Estações, e conseqüentemente, funcionários. A que se dizer que as estações também funcionavam como lugar de espera para comboios aguardarem ocasião para prosseguirem viagem. Importante da mesma forma é lembrar que as ‘Marias-fumaças’ circularam nesse ramal (Ibiá a Uberaba) até 1979 e o transporte de passageiros funcionou até 1980. O pequeno povoado de Itaipu, na década de 1950, possuía uma população maior do que a atual, chegando a contar com três vendas, duas lojas, uma farmácia, uma igreja⁹, mais a escola, (...) o movimento vindo da Estação conseguiu reunir, nesta mesma década, 500 pessoas à espera dos trens, trazendo cargas, encomendas, embarques e desembarques de passageiros.”¹⁰

Mas, se o povoado teve sua origem e desenvolvimento diretamente relacionado à presença da ferrovia e ao movimento financeiro por ela trazido, foi a própria “linha do trem”, o “leito ferroviário”, os “trilhos da Maria-fumaça”, que lhe impôs uma

histórica cisão que comprometeu o desenvolvimento do lugar. Com a emancipação de Perdizes, em 17/12/1938¹¹, o recém-criado município teve seu território desmembrado do de Araxá. A escolha da divisa recaiu sobre a linha férrea que se encontra no centro do povoado de Itaipu. Escolha infeliz que desconsiderou aquele nascente povoado ferroviário do interior das Minas Gerais¹². Dividido entre Araxá e Perdizes, Itaipu ficou sensivelmente prejudicado com esse critério adotado. Assim, tornaram-se comuns, em Itaipu, os usos das expressões “de lá da linha” (Perdizes) e “de cá da linha” (Araxá). O povoado ficou localizado numa zona limítrofe, confins de dois municípios, local aonde a atenção governamental quase sempre tarda em chegar.

Politicamente desarticulado e geograficamente dividido, as reivindicações da população local sempre esbarraram num jogo de esquivas que fez carreira na história de Itaipu. Nem Araxá, nem Perdizes. Nas décadas que se seguiram verificou-se que nenhum dos dois municípios efetivamente preocupou-se com aquela localidade, cuja cisão ao meio obstacularizava, mas não impedia até mesmo o auxílio de uma das municipalidades, caso decidisse intervir com alguma medida mais abrangente.

Itaipu teve, durante as primeiras quatro décadas de sua existência, uma economia em função da ferrovia, acrescida secundariamente pela presença dos fazendeiros e sitiantes da região. O povoado encontra-se no entorno da Estação Ferroviária. Os fazendeiros estão na área de influência do povoado e para este convergem quando necessitam fazer compras ou de outros serviços¹³, como o Posto de Saúde, por exemplo. Não tendo recebido nenhuma política de investimento com o objetivo de fomentar o movimento urbano nascente, o crescimento do povoado foi tolhido de forma severa. Cercado de um lado pelas propriedades agrícolas e, de outro, pela faixa de terra reservada legalmente para a linha férrea, o povoado foi vítima inclusive da falta de espaço físico para seu desenvolvimento.

Desestimulado e deixado à própria sorte, o povoado teve todo seu movimento econômico diretamente vinculado à atividade ferroviária que, com ela, bruscamente declinou, favorecido pelo fenômeno da urbanização da população brasileira bastante acelerado na década de 1960¹⁴. A opção dos governos federais, a partir da década 1970, pelo rodoviarismo, somado à mecanização da produção rural, assolou Itaipu e levou o

povoado a viver o período de maior declínio de sua história¹⁵. O processo de urbanização brasileiro já recebeu variados estudos que esclarecem o grau de complexidade deste fenômeno bastante acentuado na segunda metade do século XX¹⁶. O Brasil urbanizou-se e industrializou-se, o trabalho do campo foi e continua sendo mecanizado com sensível rapidez. Os economistas esclarecem que a própria dinâmica do capitalismo demanda essas mudanças que alguns entendem como “progresso”. Araxá não ficou fora deste processo. Em 1986, quando Leonilda S. Montandon escreveu o seu livro sobre Araxá¹⁷, o município contava com doze escolas rurais e pelo menos três povoados rurais de relativa expressão: Mourão Rachado, Tamanduá¹⁸ e Itaipu. Hoje, apenas Itaipu persistiu. A escola de Itaipu, seguramente, foi um dos importantes elementos que contribuíram para a sobrevivência do lugar.

Apesar de surgido e cindindo nos “caminhos de ferro” do Oeste de Minas Gerais, o povoado de Itaipu sempre esteve, econômica e politicamente, vinculado ao município de Araxá. “De lá da linha” ou “de cá da linha”, toda a população do lugar acorre para Araxá caso necessite de algum serviço ou de comprar alguma mercadoria não disponível no povoado. Fora da faixa de terra da ferrovia, de propriedade estatal até hoje, desenvolveram-se apenas a escola, cujo terreno era particular e foi doado em 1950, pelo senhor Ovídio Rodrigues de Rezende, algumas casas do lado de Perdizes e, recentemente, o conjunto habitacional Paulo de Castro Alves, conhecido como Agrovila de Itaipu, inaugurado em 20/03/2004.

Atualmente, apesar de ter decrescido substancialmente, reduzido a população, o número de residências e o movimento econômico, o povoado mantém-se como o ponto de nucleação de toda uma população rural espalhada nas fazendas localizadas em seu entorno e vive um momento de relativo otimismo com os investimentos recém-recebidos.

Assim, urge ser implantado um plano de urbanização do povoado, com definição de espaços destinados à instalação de novas residências e outras infra-estruturas inexistentes, medida essencial para atrair os fazendeiros do entorno e imprescindível para animar a vitalidade do lugar, possibilitando que novos passos, futuramente, sejam dados. Por ora, a comunidade esforça-se, fundamentada em sua história, para tentar

reorganizar e repensar suas reivindicações, buscando enxergar alternativas viáveis para serem solicitadas em âmbito municipal; entre elas, a elevação de Itaipu à categoria de Distrito de Araxá.

História da Educação em Itaipu

“As decisões devem ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo, quer dizer que elas correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma, significa que as largas massas devem participar da elaboração da decisão, senti-la como delas e não imposta de cima para baixo”

Samora Machel
(1933-1986)

Primeiramente, é preciso reconhecer que o Brasil, no decorrer do século XX, avançou e melhorou com relação à educação pública. O argumento que sustenta esta afirmação é a comparação feita com o passado. Hoje existem mais escolas e mais crianças e jovens estudando do que em qualquer outra época da história brasileira. Aproximadamente 97% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas no Ensino Fundamental e em torno de nove milhões de jovens de 15 a 17 anos cursam o Ensino Médio¹⁹. Esse avanço, contudo, refere-se notadamente ao aspecto quantitativo conforme comprovam os inéditos e entusiasmados percentuais atuais. No entanto, outra comparação com diversos países, na atualidade, coloca o Brasil em situação desfavorável. A educação brasileira deixa a desejar. Países da Europa Ocidental, o Japão e o Canadá, entre outros, investem mais e zelam melhor pela educação em seus territórios. Longe do *podium* o País ocupa uma colocação constrangedora. Apesar da melhora quantitativa, as pesquisas internacionais reiteradamente envergonham o País. Onde estará o nó górdio da educação brasileira?

Responder a esta pergunta é dizer o que precisa ser alterado para que melhores resultados sejam alcançados com mais eficiência, rapidez e, de preferência, com o menor custo possível. O Brasil caracteriza-se por constituir uma sociedade autoritária²⁰ onde o Estado, enquanto instituição social, funciona, predominantemente, como apar-

to a serviço das elites dominantes e não como órgão de promoção do desenvolvimento social. É uma fórmula antiga, há muito criticada, mas ainda existente no País. No Brasil, assiste-se à socialização das despesas do Estado, que repassa à sociedade as contas a pagar, através de uma das cargas tributárias mais elevadas do globo e uma privatização dos benefícios estatais perpetrada por inúmeros mecanismos e estratégias complexas, habilmente utilizadas pelas elites.

No setor educacional, não é diferente. A universalização da escola para todos os brasileiros em idade escolar é uma conquista importante no sentido de inverter a fórmula antes citada. No entanto, é preciso avançar mais. A escola pública brasileira precisa ser preparada e equipada para outras demandas sociais de nossas crianças e jovens. Não basta o aumento de espaço físico e do número de vagas; é preciso melhoria qualitativa.

No Brasil, a instituição escolar é vista como braço de apoio do Estado, departamento que atua junto à população, e não como um instrumento autônomo de efetivação do atendimento à sociedade munida de condições de se adequar às demandas sociais que lhe são postas. Foram-se as ditaduras, mas ficou o ranço da cultura autoritária impregnada nas práticas escolares. Para Jane de Fátima Silva Rodrigues, especialista em História Regional e Local, a chamada história das “espacialidades menores” deve estar contextualizada na História nacional ou geral para confirmar-lhe ou criticar-lhe algumas de suas assertivas²¹. A breve história da educação em Itaipu dirá a que veio. Apesar das singularidades, coincide com o cenário educacional brasileiro.

*

18 Itaipu surgiu no final da década de 1920 e início da década de 1930, época de crise econômica mundial e mudanças políticas abruptas no Brasil. Nesta época, o analfabetismo no País saltava a índices assustadores comparáveis somente ao descaso com a educação popular, bem exemplificado com o escasso número de escolas então existente. Logo cedo, o povoado contará com “*instrução pública*”, como era chamada a educação naquele período, apesar de sua história bem demonstrar as dificuldades e o desdém com

que o País sempre tratou a questão educacional.

**“Escola Rural de Itaipú”, “Escola Mista de Itaipu”,
“Escola de Itaipu”, “Escola Municipal Professor Augusto”,
“Escola Singular Eunice Weaver”, “Escola Combinada
Eunice Weaver”, “Escola Estadual Eunice Weaver”
e, finalmente, “Escola Municipal Eunice Weaver”**

O longo título acima evidencia que o estabelecimento de ensino existente em Itaipu teve variados nomes no decorrer de seus 76 anos de história. Foram localizados²² oito nomes cujos significados nos revelam certas características que a escola possuiu no decorrer de sua trajetória. Por exemplo, “Mista” significava estabelecimento onde alunos e alunas estudam juntos, na mesma sala. Na década de 1930, em Araxá, o Colégio São Domingos (feminino) e o Dom Bosco (masculino) representavam opções de escolas não mistas, cujo modelo era o mais recomendado. Itaipu não era o caso. “Singular” refere-se a uma escola com um único professor, como fora a de Itaipu, de 1929 a 1974. “Combinada” é aquela sem diretor próprio. Nesta, o professor assume a responsabilidade pelo estabelecimento e os aspectos administrativos eram deixados a cargo de outro funcionário que acumulava esta mesma função em várias escolas. Há também uma variação quanto à mantenedora, perceptível nos nomes, isto é, ora municipal ora estadual. E, por último, a mudança de nome do patrono, que antes homenageava o professor Augusto de Faria Cardoso²³, alterando-se para Eunice Weaver, quando da sua inclusão à rede pública estadual de educação de Minas Gerais.

Contudo, inicialmente, é preciso elucidar o que, até meados da década de 1940, era conhecido no Brasil como “professor particular”. Uma prática que hoje raramente encontramos. Refere-se às localidades onde não existiam escolas ou em que o acesso a essas era difícil. Os pais com boas condições financeiras ou que dispusessem de outras possibilidades contratavam professores para lecionarem para seus filhos. Posteriormente, depois de alfabetizados, alguns ingressavam em estabelecimentos de ensino regular, outros permaneciam apenas com as “lições” aprendidas em casa. Essa foi uma prática generalizada no Brasil desde o século XIX até meados do XX.

Nas fazendas próximas a Itaipu, isto ocorria comumente. A propriedade do senhor Limírio Flávio, por exemplo, fazendeiro bastante conhecido no lugar, foi onde durante alguns anos a professora Alda Gomes de Freitas exerceu o magistério. Este texto, porém, não trata desta modalidade, e sim do estabelecimento que fora mantido em Itaipu, caracterizado como escola pública. Neste caso, outro critério utilizado para diferenciar o *professor-particular* do *professor-escola* era a procedência dos salários recebidos pelos docentes, ou seja, no caso da “escola de Itaipu”, estes deveriam ser, necessariamente, pagos pelos cofres públicos, ora municipais, ora estaduais, e o acesso para estudar na escola não poderia caracterizar-se, exclusivamente, pelo pagamento de taxas.

Aqui, cabe outro esclarecimento. A concepção atual sobre o que vem a ser uma escola pública demanda obrigatoriamente a existência de um prédio próprio. É uma idéia corriqueira, do senso comum, que, no entanto, precisa ser problematizada. Essa imagem, no entanto, nem sempre é aplicável a toda História brasileira. Geralmente caracterizava-se escola como a relação entre alunos e professores. A existência de um prédio próprio era uma questão facultativa. A presença de um professor associada a um número de alunos que careciam de estudo poderia, enfim, ser uma escola. Hoje, predomina a associação quase imediata entre a escola e seu prédio. Outra diferenciação era a burocracia escolar que, na época, era diminuta.

Assim, já havia no povoado de Itaipu uma escola cujo nome da professora era Edith Faria²⁴. Um abaixo-assinado da comunidade itaipuense, datado de 01/06/1932, e outro de 10/01/1933, juntamente com um diário trienal da então professora Edith, confirmam a existência da escola pública no povoado no período de julho de 1929²⁵ até 1931, quando fora suprimida pelo Estado de Minas Gerais. Com o cancelamento deste estabelecimento de ensino, os moradores encaminharam ao Prefeito de Araxá, na ocasião, Fausto Alvim, a solicitação de outra escola. O segundo abaixo-assinado, de 1933, comprova o funcionamento da nova escola. Através dele, a comunidade prestou contas do número de alunos que nela haviam estudado e formalizou o agradecimento pela reivindicação atendida.

Desta forma, pode-se afirmar que, no período de 1929 a 1931, a “Escola Rural de Itaipú” esteve sob encargo do Estado de Minas Gerias²⁶ e que, a partir de 1931, ressur-

ge sob responsabilidade municipal. No período entre 1931 a 1952, quando esteve sob administração municipal, a “Escola de Itaipú” vivenciou “maus pedaços”. Uma correspondência da então inspetora municipal de ensino, professora Luiza de Oliveira Faria, datada de 25/02/1940²⁷, ao prefeito Fausto Alvim, denuncia a situação de precariedade da escola naqueles idos anos²⁸. Além de se encontrar instalada em imóveis alugados²⁹, precariamente adaptados e não condizentes com as necessidades exigíveis pelo cotidiano escolar, outros problemas ainda assombravam e ameaçavam o funcionamento da escola, como atraso de pagamento de aluguéis e salário de professores pela Prefeitura de Araxá, além das deficiências de materiais didáticos para as aulas. Nesta mesma carta, a professora Luiza narra um fato que se não fosse trágico teria sido irônico. Enviada a Itaipu, a pedido do prefeito Fausto Alvim, ela parte com a incumbência de locar outra casa para reinstalar a escola no povoado. O objetivo era encontrar um imóvel mais adequado. Em resposta enviada ao prefeito, diz que a única casa apresentável que ela havia encontrado localizava-se “de lá da linha”, ou seja, no município de Perdizes, logo não poderia ser alugada pela Prefeitura de Araxá, impedida legalmente de gastar seus recursos em outros municípios³⁰.

Logo, pode-se observar que houve intervalos de não funcionamento da escola neste período de administração municipal, de 1931 a 1952. A correspondência supracitada denuncia um funcionamento irregular em 1939. Contudo, a documentação até agora disponível é insuficiente para precisar todos esses intervalos de inatividade, dado seu caráter lacunar. A década de 1940 caracterizou-se pela descontinuidade no atendimento oferecido pela Escola, como nos anos de 1946 a 1948, quando o ensino no povoado ficou a cargo de iniciativas particulares. Os alunos pagavam uma “taxa escolar”³¹ para as professoras, que constituía a única remuneração, e estas lecionavam em salas cedidas por moradores da localidade ou alugadas pela Prefeitura. Nessas condições, trabalharam Manuela Pires de Oliveira (1946-1947) e Antonieta Quirino (1948). Aqui, podemos perceber a não correspondência integral com o que se conceituou por escola pública. No entanto, ainda restava uma característica de sua publicidade, pois as professoras não podiam escolher os alunos para os quais iriam lecionar³².

Vários foram os professores e professoras que trabalharam em Itaipu neste

período de 1931 a 1952, embora a recuperação de todos os nomes e períodos que lecionaram ainda não tenha sido possível. Além da já citada Edith Faria (1929-1931), já são conhecidos: Ismênia Boaventura (1932); Ana Cunha (1933-1935); Anthero França (1936-1937); Helí Alves Ferreira (1938-1939)³³; Elias Miguel Jorge, conhecido como Elias Feres (1939)³⁴, Antonieta Quirino (1940-1942); Izaura Rodrigues de Oliveira (1943-1945); Vera França Jordão (jan/1949); Ana Cândida Ribeiro de Rezende (fevereiro de 1949-1952) e Julita Vieira Magalhães Andrade (1952-1974).

Uma nova fase se inicia a partir de 1950, quando, após dezenove anos de andanças e mudanças, chega ao fim o nomadismo. Em 12 de julho daquele ano, foi assinado um termo de compromisso entre a Prefeitura de Araxá e Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) para a consolidação da escola em Itaipu. Através deste documento, ficou acertado que a Prefeitura de Araxá seria a responsável pela construção, com recursos próprios, de um prédio definitivo³⁵, e o Estado de Minas Gerais incluiria a escola na sua rede. Dito de outra forma, o governo estadual assumiria as despesas com professores e outros gastos do cotidiano escolar. O terreno, uma área de 10.000², foi doação do senhor Ovídio Rodrigues de Rezende, comerciante local, feita em 27/08/1950³⁶.

A professora Julita Magalhães Andrade viveu o período de transição, em 1952, da transferência da administração municipal para a estadual. Era a única professora da escola e lá mesmo residia. Lecionou durante 23 anos em Itaipu e certamente seu trabalho contribuiu muito para que a escola se consolidasse. Atravessou momentos de carências e dificuldades, provocados principalmente pelos obstáculos oferecidos pela longa distância da localização da então “unidade estadual de ensino” em relação aos órgãos de administração escolar estaduais, além dos problemas crônicos da burocracia escolar e outras restrições próprias de zona rural, como dificuldades com materiais, isolamento e escassez de meios de comunicação³⁷.

A trajetória da escola, apesar das modificações citadas, variou pouco na oferta de cursos à comunidade. Só recentemente, foram ampliadas as opções. A partir de 1987, extinguíram-se as turmas multisseriadas, iniciando-se a adequação de cada turma com seu respectivo professor. O ano de 1974 marca o fim do período em que se proporcio-

nava apenas 1ª, 2ª e 3ª séries, iniciando, também, o oferecimento da 4ª série. A extensão de 5ª a 8ª séries só foi conseguida a partir de 1994, para 7ª série em 1995 e 8ª série desde 1996³⁸. O transporte escolar rural começou a ser oferecido a partir de 1985, e no formato atual, envolvendo vários veículos terceirizados, a partir de 1992.

Em 1994, a escola retorna à administração municipal³⁹, o que permitiu a extensão de séries. Essa mudança foi um ganho para a comunidade itaipuense que conseguiu pressionar os políticos locais em prol do oferecimento completo do antigo 1º grau, atual Ensino Fundamental, em Itaipu. Essa municipalização encontrava-se dentro do contexto da atual Constituição Federal que postula a prioridade dos municípios para com a educação infantil e fundamental. Em fevereiro de 1998, chegam à escola os primeiros professores municipais efetivos e concursados; são eles: Daphine Aparecida Borges, Lígia Cristina Alexandre de Paula, Maria Emília Silva Borges, Luciano Marcos Curi e Márcia Elena Pereira.

O primeiro período em que a escola esteve sob administração municipal (1931-1952) não teve diretores específicos. Durante o período em que esteve sob a administração estadual (1952-1994), somente a partir de 1988 teve sua primeira diretora, a professora Éster Machado Silva, de 01/03/1988 a 1991, como nomeada, e de 1991 a 1993, como única representante eleita durante toda história da escola. Desde que retornou à alçada municipal, em 1994, teve as seguintes diretoras nomeadas: Profª. Virginia Magalhães de Paula (05-1994 a 12-1996), Marli Batista Borges (1997 a 2000) e Profª. Isabela Maria de Oliveira Martins (desde 2001).

A história da educação em Itaipu se confunde e, em muitos períodos, restringiu-se à história da única escola da comunidade, a *Escola Eunice Weaver*. Quando esta se integrou à Rede Pública Estadual de Educação, teve uma mudança de patrono fundamentada em critérios que permanecem desconhecidos. Substituiu-se o nome local, então professor Augusto de Faria Cardoso por Eunice de Sousa Gabbi Weaver⁴⁰. Em 1994, com a municipalização, preservou-se o nome, alterando apenas o mantenedor: *Escola Municipal Eunice Weaver*.

*

Ainda há muito que o dizer, pensar e pesquisar sobre a História da Educação em Itaipu. Muitos aspectos permanecem pouco conhecidos e compreendidos como, por exemplo, o cotidiano escolar, as práticas pedagógicas outrora utilizadas e a relação que a comunidade manteve com as professoras que ali lecionaram, principalmente nas primeiras décadas do século XX. O estudo da biografia de cada uma das professoras e professores que atuaram em Itaipu é fundamental para a compreensão do longo período (1929-1974) em que o regime unidocente e multisseriado permaneceu, pois elas e eles emprestaram suas cores, suas impressões e conceitos ao período em que estiveram exercendo a docência naquela comunidade. Há, porém, dados estatísticos cuja destruição de parte da documentação da escola impede que sejam recuperados.

Este artigo possui dimensões visivelmente limitadas. No entanto, algumas reflexões a guisa de uma conclusão já são possíveis. Assim, pode-se encerra-lo evidenciando a importância da História Regional e Local. Primeiro, porque são pesquisas semelhantes a essas que permitirão desenterrar do subsolo do esquecimento o passado educacional de Araxá. Segundo, porque Itaipu confirma a velha assertiva da história da educação em âmbito nacional que critica a postura brasileira de apenas se limitar a responder, insuficientemente, as demandas surgidas no decorrer da história. Concepção infeliz, cuja consequência mais evidente é ver-se às voltas com problemas. Faltam ações preventivas no setor educacional. Itaipu, o espaço local, confirma o descaso brasileiro para com a Educação. Por último, a sedimentação da cultura democrática ainda encontra resistência na sociedade brasileira. Uma adequação pedagógica eficaz exige uma escola autônoma, livre de ingerências externas, permeada por uma prática democrática tanto no conteúdo quanto na forma.

Notas

¹ Não significa que sejam trabalhos de qualidade ruim. Apenas que se restringem a historicizar o perímetro urbano e o Barreiro que projeta o nome de Araxá em âmbito nacional. Esta é uma característica da historiografia araxaense presente desde o memorialista Sebastião de Afonseca e Silva. A pesquisa que vem sendo desenvolvida em Itaipu pelo autor do presente artigo liga-se a duas proposições recentes da

historiografia contemporânea. Primeiro, contemplar os chamados excluídos sociais no trabalho do historiador. Segundo, fazer a pesquisa histórica avançar através do estudo das chamadas lacunas da historiografia já consolidada. Um último aspecto pedagógico que merece ser citado é que através da realização desta pesquisa, cujo início remonta ao ano de 1998, procura-se articular ensino e pesquisa na prática docente, primando pela temática de história local, atualmente uma das áreas cuja demanda brasileira é enorme. Neste sentido, o UNIARAXÁ, vem desenvolvendo certo pioneirismo em Araxá, através do curso de Pós-graduação em História que se encerra neste primeiro semestre de 2005. A maioria dos concluintes do curso desenvolveu pesquisas inéditas no campo da história local, abordando temas até então intocados. Contribuição que merece ser mencionada.

² Dois exemplos são significativos para expressar o descaso brasileiro para com os trabalhadores do campo. Primeiro, o célebre Jeca Tatu de Monteiro Lobato, personagem que apareceu pela primeira vez, num dos contos de Urupês em 1918 e logo em seguida em *Idéias de Jeca Tatu* em 1919. Este personagem representava o que o país deveria deixar de ser; agrário e rural. De cócoras, preguiçoso, incapaz de qualquer iniciativa e apático o Jeca encarnava o atraso do Brasil. Com uma visão preconceituosa de fazendeiro do vale do Paraíba, o autor responsabilizou este personagem símbolo do caipira pelo subdesenvolvimento brasileiro. A polêmica que provocou conduziu o próprio autor, a partir da quarta edição, a modificar seu posicionamento sobre o Jeca, que de vilão do Brasil foi convertido em vítima nacional. Assim, passou a justificar sua caracterização como resultado das verminoses que lhe acometiam, subnutrição, analfabetismo e completo desamparo por parte das autoridades constituídas. Apesar da correta reparação de Lobato seu livro refletia uma percepção nacional sobre o campo. Desde o início do século XX o espaço urbano, o comércio e a indústria tornaram-se atividades símbolos do “progresso”, enquanto o espaço rural e a agricultura atividades entendidas como rudimentares e arcaicas. O segundo exemplo é a legislação trabalhista das décadas de 1930 e 40. Neste período importantes direitos trabalhistas foram implementados como jornada de oito horas diárias, regulamentação do trabalho noturno, regulamentação do trabalho das mulheres, dos menores, direito de férias, etc. No entanto, pouca importância deu-se aos trabalhadores que continuaram no campo. Nunca realizou e, ao que tudo indica, nunca pretendeu realizar uma reforma agrária, e tampouco estendeu aos trabalhadores rurais a legislação instituída no meio urbano.

³ Locomotivas de tração a vapor, inicialmente com combustão a lenha ou carvão vegetal e, no Brasil, a partir de 1971 substituídas pelas atuais locomotivas diesel-elétricas. Mais detalhes ver: GONÇALVES, Telma Lasmár. *Pequeno Histórico da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM*. Rio de Janeiro: RFFSA, 1965.

⁴ CURI, Luciano Marcos. O povoado de Itaípu nos caminhos de ferro do Oeste de Minas Gerais. In: *Cadernos do CDHIS* (Centro de documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU), n°27, ano 13, 2º semestre de 2000: 04. (ISSN – 15187640).

⁵ Outra localidade no Alto Paranaíba surgida pelo mesmo processo é o atual município de Campos Altos. Mais detalhes ver: CURI, Luciano Marcos. Nonagésimo aniversário da Estação Ferroviária de Campos Altos. In: *O Tempo*. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 02/05/2002: 12. (Observação: atual jornal O Planalto).

⁶ Não é conhecido o motivo da escolha do nome Itaípu para estação ferroviária inaugurada em 1926 no

município de Araxá. Silveira Bueno explica que Itaipu é um vocábulo tupi-guarani que significa “a água que sai dentre pedras. A fonte da Pedra”. Para Irmão Gregório (Marista) explica tratar-se de um nome indígena que significa “estrondo da água na pedra”, segundo ele alguns indígenas dançavam ao som do ruído provocado pelo embate das águas nas pedras. Ha aproximadamente seis quilômetros da Estação Ferroviária de Itaipu existe uma queda-d’água localizada no córrego Galheiro Pequeno, no município de Perdizes, local onde se encontra barulho de água nas pedras. Contudo, o estabelecimento de uma ligação desta queda-d’água com o nome Itaipu ainda carece de informações. Sabe-se, no entanto, que a presença indígena no Triângulo Mineiro é perfeitamente evidenciada pela variedade de nomes indígenas que povoam esta região, por exemplo: Araxá, Guará, Imbiacá, Imbiara, Ipião, Itacuru, Itaipu, Ibiá, Ibitimirim e Uberaba. Nomes estes que constituem mais indício para análise. Mais detalhes ver:BUENO, Silveira. **Vocábulo Tupi-Guarani/Português**. São Paulo: BrasiliVros, 1987 (p.158). Gregório, Irmão José. (Marista). **Contribuição Indígena ao Brasil**. Belo Horizonte: UBEE, vol II, 1999: 163-165/167.

⁷ Cf. GONÇALVES, Telma Lasmaz. Op. Cit.

⁸ Locomotivas de tração a vapor, inicialmente com combustão a lenha ou carvão vegetal e, no Brasil, a partir de 1971 substituídas pelas atuais locomotivas diesel-elétricas. Mais detalhes ver: GONÇALVES, Telma Lasmaz. Op. Cit.

⁹ Itaipu possui apenas um templo católico, a Capela de Santo Antônio. Concebido por Agnelo Vieira Alves em 1935, teve sua primeira festa realizada em 13 de junho de 1937 e em 13 de junho de 1943 foi dada à benção litúrgica à nova capela. O terreno foi doado pelo senhor Epaminondas José Cardoso. Cf. SILVA, Sebastião de Affonseca. **A Paróquia de São domingos de Araxá: desde os primórdios da sua fundação em 1770 até os dias de hoje**. Uberaba: Arte Religiosa, 1945: 65.

¹⁰ CURI, Luciano Marcos. Op. Cit., 2000, p.07(Observação: algumas incorreções do original foram devidamente retificadas. A menção da igreja foi acrescentada especialmente para este artigo).

¹¹ Cf.BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995 (p. 249). COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerias**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2ª ed., 1997: 334.

¹² CURI, Luciano Marcos. “Itaipu: história do presente no contexto local”. Comunicação livre durante o I **Simpósio de História e Cultura**, UFU/NEHAC, no dia 19/06/2002, na sala 3D208.

¹³ CURI, Luciano Marcos. Op. Cit., 2000: 06

¹⁴ O primeiro censo brasileiro a apontar maior população urbana e não rural foi o de 1970. Ele é apenas o indicativo de um processo que se iniciou um pouco antes de 1930 e foi bastante estimulado durante a chamada Era Vargas (1930-1945). *“Tomando-se a definição bastante restritiva de só considerar cidades as aglomerações com 20 mil habitantes, constatamos que em 1980 a maioria da população (51,5%) passara a ser urbana, em contraste com os 16% de habitantes que viviam em cidades, em 1940”* (pelo mesmo critério).FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 6ª ed. 1998: 534.

¹⁵ Curiosamente foi nesta época que houve a eletrificação e iluminação pública em Itaipu, promovida pela CEMIG. Geraldo Arantes de Rezende filho de Ovídio Rodrigues de Rezende, doador do terreno onde se localiza a atual sede da Escola do povoado, expressou a opinião perplexa da população naquela época.

"*Esperaram desmanchar muitas casas para depois instalarem a luz*". Sobre Ovídio Rodrigues de Rezende ver: CURI, Luciano Marcos. Ovídio Rodrigues de Rezende. In: **O Tempo**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 19/10/2000: 14.

¹⁶ SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹⁷ MONTANDON, Leonilda S. **Vamos Conhecer Araxá**. Araxá: Foton, 1986.

¹⁸ Este povoado se encontrava no entorno da usina do Tamanduá, de propriedade do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que forneceu energia elétrica para a cidade de Araxá até a instalação da CEMIG neste município. Havia uma escola rural municipal de nome Elias Aguiar, e inúmeros moradores. O local fica hoje na rodovia Araxá – Patos de Minas (MGT 146), próximo a Escola Municipal Rural Padre Inácio, e foi abandonado pela quase maioria dos moradores após a desinstalação da usina. Neste caso, o processo de urbanização foi auxiliado pela monopolização do setor energético em Minas Gerais pela estatal estadual do ex-presidente e ex-governador Juscelino Kubitschek criada em 1952. A escola encontra-se desativada e os empreendimentos oleiros também. A população do lugar urbanizou-se.

¹⁹ **IINFORMATIVO MEC**. 88% dos estudantes estão na rede pública. Brasília. n° 03, novembro/dezembro de 2004, (p.8). O Ensino Médio teve uma expansão nos últimos dez anos de 84%. Marca não alcançada por nenhum outro nível de escolarização. Essa explosão do Ensino Médio, no entanto, tem revelado inúmeras precariedades do sistema educacional brasileiro. Cf. **Revista do Ensino Médio**. A explosão do ensino médio. Brasília. n° 4, ano II/2004: 4-6).

²⁰ Um artigo que evidencia o perfil autoritário da sociedade brasileira foi publicado especificamente para fundamentar esta afirmação. O contexto de sua produção prende-se a discussão da possibilidade efetiva de instituições educacionais verdadeiramente autônomas no Brasil. Mais detalhes ver: CURI, Luciano Marcos. Breve história do autoritarismo no Brasil. In: **Jornal Interação**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), ano 2, n°83, 28/01/2005: 03.

²¹ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. In: **História & Perspectivas** (Revista dos cursos de graduação e pós-graduação em História de Universidade Federal de Uberlândia). Uberlândia: EDUFU, n°16-17, 1997: 149-164.

²² CURI, Luciano Marcos. 71 anos de Educação em Itaipu. In: **O Tempo**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 26/10/2000: 16.

²³ Lei municipal (Araxá) n° 26 de 17/03/1948. Pai de Luiza de Oliveira Faria posteriormente ela foi Inspetora Municipal de Ensino em Araxá. Faltam dados sobre o prof. Augusto, bem como, sobre o período em que Luiza ocupou o cargo de inspetora municipal.

²⁴ CURI, Luciano Marcos. Edith Faria: primeira professora de Itaipu. In: **Correio de Araxá**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 12/02/2005: 02.

²⁵ Os originais encontram-se no Arquivo Público Municipal de Araxá, localizado na Fundação Cultural Calmon Barreto (Pasta: Educação).

²⁶ Trata-se de uma hipótese ainda não completamente confirmada. Cogita-se a celebração de um acordo entre o governo mineiro e federal por ocasião da extensão da EFOM para o Alto Paranaíba (até Patrocínio) e Triângulo Mineiro (até Uberaba) que prescrevia a contratação de uma professora para lecionar para as crianças que acompanhavam os pais no decorrer da construção da ferrovia e posteriormente para os filhos dos funcionários que permanecessem no entorno das estações ferroviárias. Essa contratação correria por conta do governo do Estado de Minas Gerais. Até 1931 a EFOM era uma empresa estatal federal. A partir de 1931 ela se torna a Rede Mineira de Viação (RMV), uma empresa estatal, estadual e mineira. Em Campos Altos a primeira professora do lugar foi a portuguesa naturalizada brasileira, Maria de Jesus Fontelas, cujo perfil assemelha-se ao de Edith Faria em Itaipu. A interrupção do contrato das duas coincide com o repasse da EFOM para o governo mineiro. Ambas assumiram e deixaram o magistério na mesma época cujo encargo, coincidentemente, passou a municipalidade. A falta de alguns dados impede de corroborar ou descartar completamente esta hipótese. Sobre a EFOM ver: GONÇALVES, Telma Lasmar. Op. Cit., p.29.

²⁷ A original encontra-se no Arquivo Público Municipal de Araxá, localizado na Fundação Cultural Calmon Barreto (Pasta: Educação).

²⁸ Original: Arquivo Público Municipal de Araxá. Fundação Cultural Calmon Barreto (Pasta: Educação).

²⁹ A casa do senhor Tônico na rua Rita Cardoso nº 60, em Itaipu, foi uma delas.

³⁰ Carta da Inspetora Municipal de Educação de Araxá, Minas Gerais, professora Luiza de Oliveira Faria, ao prefeito municipal, Fausto Alvim de 25/02/1940. Original: Arquivo Público Municipal de Araxá. Fundação Cultural Calmon Barreto (Pasta: Educação).

³¹ leis municipais nº 31 de 23/03/1948 e nº52 de 27/10/1948(Araxá).

³² Essa situação temporária mostrou-se fugidia a uma classificação rigorosa. No entanto, como foram medidas emergenciais para suprir a ausência da “escola municipal” em Itaipu elas legaram a inclinação para a prática pública da educação e não privada. Tem-se noção da polêmica que qualquer um desses posicionamentos possa ocasionar. Agradeço ao ferroviário, Manoel Martins, o Zinho, o conhecimento dessa situação. Detalhes ver: CURI, Luciano Marcos. 71 anos de Educação em Itaipu. In: **O Tempo**. (Semanário de notícias de Araxá/MG), 26/10/2000: 16.

³³ Posteriormente, prefeito municipal de Anápolis/GO.

³⁴ Posteriormente funcionário da Rádio Imbiara de Araxá.

³⁵ (Lei Municipal nº 158)

³⁶ Cf. CURI, Luciano Marcos. Ovídio Rodrigues de Rezende. In: **O Tempo**. (Semanário de notícias de Araxá/MG), 19/10/2000: 14.

³⁷ As dificuldades de comunicação permanecem. A Escola Municipal Eunice Weaver, por exemplo, a mesma que a professora Julita iniciou suas atividades em 1952, ainda não dispõem de telefone em pleno século XXI. Tal fato é um argumento que comprova de maneira eficaz que a educação no Brasil continua recebendo

do atenção governamental insuficiente. Cumprem-se as determinações legais, apenas a lei, nada mais que a lei, e quando for possível, menos que a lei.

³⁸ Portaria SEE-MG nº326/94. Neste ano a Escola Municipal Eunice Weaver está em festa, pois comemora-se a conclusão da *X Turma de Concluintes do Ensino Fundamental (8ª Série/2005)*. Paralelo a essa festa, assistiu-se, com pesar um quadro lamentável. É crescente o número de estudantes que em Itaipu concluem a parte da Educação Básica oferecida na localidade, a que têm direito constitucional, e encerram seus estudos por não poderem residir na cidade de Araxá ou noutras vizinhas e dada a ausência do Ensino Médio na comunidade. A demanda represada nestes dez anos é significativa e nociva.

³⁹ Lei municipal (Araxá) nº 2649 de 28/10/1993 e Resolução SEE nº7201/94

⁴⁰ Eunice de Sousa Gabbi Weaver (1904-1969) era paulista da pequena cidade de São Miguel. Com a morte da mãe foi residir em Piracicaba, onde cursou a Escola Normal. Formada professora Eunice cursou a Escola de Serviço Social da Universidade da Carolina do Norte (EUA) e casou-se em 1927 com o professor Charles Anderson Weaver. Retornou ao Brasil onde passou a desenvolver um trabalho de assistência aos hansenianos e, principalmente, aos seus filhos, que naquele momento eram compulsoriamente separados dos pais. Tornou-se famosa por esse trabalho que lhe trouxe glória e reconhecimento nacional. Faleceu em 09/12/1969, em Porto Alegre, amargurada pelas críticas recebidas pelo seu auxílio à política governamental de separação dos filhos dos hansenianos, num momento em que esta prática recebia retaliações de vários setores sociais e médicos. Em 1955, durante a fase áurea de sua carreira esteve em Araxá visitando o Grande Hotel do Barreiro. A professora Julita Magalhães tentou visitá-la durante sua estadia na cidade para conhecer a famosa “dama social” cujo nome foi tomado de empréstimo para sua escola. O encontro acabou não ocorrendo. Dona Julita suspeita que o atendente do hotel não repassou a mensagem para Eunice Weaver. Agradeço a professora Julita Vieira Magalhães Andrade, hoje, patrona da biblioteca da Escola M. Eunice Weaver, por gentilmente compartilhar comigo suas memórias. Sobre Eunice Weaver ver: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, (p.212-213); CURI, Luciano Marcos. **“Defender os sãos e consolar os lázaros”:** **lepra e isolamento no Brasil (1935-1976)**. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Uberlândia /História,2002 (Item: 2.3.2 Eunice Weaver e a presença do Estado).

Referências

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais nº50, 1991: 153-164).

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1993 (Col. Primeiros Passos, nº 17).

BURGUIERE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1993.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000: 69-89.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais (introdução). **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990: 13-28.

CHÂTELET, François. A História. In: _____ **Uma história da razão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994: 106-122.

CURI, Luciano Marcos. Breve história do autoritarismo no Brasil. In: **Jornal Interação**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), ano 2, nº83, 28/01/2005: 03.

CURI, Luciano Marcos. **“Defender os sãos e consolar os lázaros”: lepra e isolamento no Brasil (1935-1976)**. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Uberlândia /História, 2002.

CURI, Luciano Marcos. Edith Faria: primeira professora de Itaipu. In: **Correio de Araxá**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 12/02/2005: 02.

CURI, Luciano Marcos. “Itaipu: história do presente no contexto local”. Comunicação livre durante o **I Simpósio de História e Cultura**, UFU/NEHAC, no dia 19/06/2002, na sala 3D208.

CURI, Luciano Marcos. 71 anos de Educação em Itaipu. In: **O Tempo**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 26/10/2000: 16.

CURI, Luciano Marcos. Nonagésimo aniversário da Estação Ferroviária de Campos Altos. In: **O Tempo**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 02/05/2002: 12.

CURI, Luciano Marcos. O povoado de Itaipu nos caminhos de ferro do Oeste de Minas Gerais. In: **Cadernos do CDHIS** (Centro de documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU), nº27, ano 13, 2º semestre de 2000: 04. (ISSN – 15187640).

CURI, Luciano Marcos. Ovídio Rodrigues de Rezende. In: **O Tempo**. (Semanaário de notícias de Araxá/MG), 19/10/2000: 14.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 6ª ed., 1998.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, , 7ª edição, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: **Projeto História**. (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP), São Paulo, (17), novembro de 1998: 213-221.

GONÇALVES, Telma Lasmar. **Pequeno Histórico da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM**. Rio de Janeiro: RFFSA, 1965.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

LAPLATINE, François e TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997 (Col. Primeiros Passos, n° 309).

LIMA, Glaura Teixeira. **Das águas passadas à terra do sol: ensaio sobre a Terra do Sol**. Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2000.

MONTANDON, Leonilda S. **Vamos conhecer Araxá**. Belo Horizonte: Fóton, 1987.

MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. **Dona Beja: desvendando o mito**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP), São Paulo, (14), fevereiro de 1997: 25-39.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. In: **História & Perspectivas** (Revista dos cursos de graduação e pós-graduação em História de Universidade Federal de Uberlândia). Uberlândia: EDUFU, n°16-17, 1997: 149-164.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Sebastião de Affonseca. **A Paróquia de São domingos de Araxá: desde os primórdios da sua fundação em 1770 até os dias de hoje**. Uberaba: Arte Religiosa, 1945.

SINGER, Paul. **O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1998 (Col. Polêmica).

